PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

Segundo comunicação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o teor da nota portuguesa de 6 de Maio de 1980, anexa ao aviso publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 279, de 3 de Dezembro de 1980, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, não foi, por lapso, publicado, pelo que se procede à sua publicação.

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 16 de Dezembro de 1980. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

Lisboa, 4 de Maio de 1980.

Sr. Embaixador Jesco von Puttkamer, Embaixador da República Federal da Alemanha, Lisboa:

Sr. Embaixador:

Com referência à nota de V. Ex.ª de 23 de Abril último, tenho a honra de transmitir a concordância do Governo Português com a proposta nela contida, constituindo, com ela e com a presente nota, o acordo especial sobre o fornecimento de aparelhagem científica.

Aproveito esta oportunidade para expressar a V. Ex.ª, em nome do Governo Português, os agradecimentos por mais esta oferta, que contribuirá para elevar cada vez mais o nível da investigação e do ensino universitário em Portugal, dando um importante contributo para o futuro desenvolvimento económico do País.

Valho-me desta oportunidade para apresentar a V. Ex.ª, Sr. Embaixador, os protestos da minha elevada consideração.

Diogo Pinto de Freitas do Amaral.

**PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO PLANO
E DA HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

Portaria n.º 25/81

de 13 de Janeiro

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e do Plano e da Habitação e Obras Públicas e pelo Secretário de Estado da Reforma Administrativa, ao abrigo do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro, e do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 183/80, de 4 de Junho, o seguinte:

1.º O quadro de pessoal da Secretaria-Geral (ex-MOP), anexo IV à Portaria n.º 415/80, de 19 de Julho, é substituído pelo quadro anexo à presente portaria.

2.º O presente diploma produz efeitos desde 5 de Junho de 1980.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e do Plano e da Habitação e Obras Públicas, 31 de Outubro de 1980. — Pelo Ministro das Finanças e do Plano, *José António da Silveira Godinho*, Secretário de Estado Adjunto do Ministro das Finanças e do Plano. — O Ministro da Habitação e Obras Públicas, *João Lopes Porto*. — O Secretário de Estado da Reforma Administrativa, *Carlos Martins Robalo*.

Secretaria-Geral (ex-MOP)

Número de funcionários	Categorias	Letras
Pessoal dirigente		
1	Secretário-geral	—
1	Director de serviços	—
3	Chefe de divisão	—
1	Chefe de repartição	E
Pessoal técnico superior		
Técnicos superiores de pessoal:		
1	Assessor	C
3	Técnico superior principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	D, E ou G
Técnicos superiores de documentação:		
1	Assessor	C
1	Técnico superior principal	D
2	Técnico superior de 1.ª classe	E
2	Técnico superior de 2.ª classe	G
Técnicos superiores de organização e métodos:		
1	Assessor	C
3	Técnico superior principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	D, E ou G
Pessoal técnico-profissional e administrativo		
4	Chefe de secção	I
Tesoureiros:		
15	Tesoureiro de 1.ª classe (a)	J
15	Tesoureiro de 2.ª classe (a)	L
Tradutores:		
1	Tradutor-correspondente-intérprete	J
1	Tradutor-correspondente	L
Desenhadores:		
1	Desenhador principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	J, L ou M
Oficiais administrativos:		
10	Primeiro-oficial	J
12	Segundo-oficial	L
12	Terceiro-oficial	M
Técnicos auxiliares:		
3	Técnico auxiliar principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	J, L ou M

Número de funcionários	Categorias	Letras
	Técnicos auxiliares de documentação:	
2	Técnico auxiliar de documentação principal	J
2	Técnico auxiliar de documentação de 1.ª classe	L
2	Técnico auxiliar de documentação de 2.ª classe	M
	Técnicos auxiliares de microfilmagem:	
1	Técnico auxiliar de microfilmagem principal	J
2	Técnico auxiliar de microfilmagem de 1.ª classe	L
2	Técnico auxiliar de microfilmagem de 2.ª classe	M
	Técnicos auxiliares de organização e métodos:	
2	Técnico auxiliar de organização e métodos principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	J, L ou M
	Técnicos auxiliares de relações públicas:	
3	Técnico auxiliar de relações públicas principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	J, L ou M
	Secretárias-recepcionistas:	
2	Secretária-recepcionista de 1.ª classe	L
2	Secretária-recepcionista de 2.ª classe	N
	Escrivães-dactilógrafos:	
25	Escrivão-dactilógrafo principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	N, Q ou S
	Pessoal auxiliar	
	Fiel de armazém:	
1	Fiel de armazém principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	L, O ou Q
	Motoristas de ligeiros:	
7	Motorista de ligeiros de 1.ª classe ou de 2.ª classe	O ou Q
	Operadores de reprografia:	
3	Operador de reprografia de 1.ª classe	O
3	Operador de reprografia de 2.ª classe	Q
	Telefonistas:	
6	Telefonista principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	O, Q ou S
1	Encarregado do pessoal auxiliar ...	Q
	Contínuos:	
11	Contínuo de 1.ª classe ou de 2.ª classe	S ou T
	Porteiros:	
4	Porteiro de 1.ª classe ou de 2.ª classe	S ou T

(a) Tem direito a um abono mensal para falhas no valor de 400\$, nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 26 115, de 23 de Novembro de 1935, e do artigo 6.º do Decreto n.º 40 872, de 23 de Novembro de 1956.

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DAS FINANÇAS E DO PLANO E DO COMÉRCIO E TURISMO

Despacho Normativo n.º 12/81

Nos termos do Despacho Normativo n.º 48/80, de 1 de Fevereiro, da Presidência do Conselho de Ministros, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 37, de 13 de Fevereiro de 1980, determina-se o seguinte:

A Embaixada da Zâmbia é autorizada a importar, com isenção de direitos, até ao limite máximo de quatro automóveis para uso oficial da referida missão diplomática.

Ministérios dos Negócios Estrangeiros, das Finanças e do Plano e do Comércio e Turismo, 26 de Dezembro de 1980. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*. — O Ministro das Finanças e do Plano, *Aníbal António Cavaco Silva*. — O Ministro do Comércio e Turismo, *Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO

SECRETARIA DE ESTADO DO TESOURO

Portaria n.º 26/81

de 13 de Janeiro

Atendendo a que, de harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 58/79, de 25 de Setembro, constitui receita do Fundo de Garantia Automóvel o montante, a liquidar por cada seguradora, resultante da aplicação de uma percentagem sobre os prémios simples (líquidos de adicionais) de seguros directos do ramo automóvel processados no ano anterior, líquidos de estornos e anulações;

Considerando a proposta apresentada pelo Instituto Nacional de Seguros, de acordo com o disposto no n.º 2 do mesmo preceito:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças e do Plano, ao abrigo do determinado no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 58/79, de 25 de Setembro, o seguinte:

É fixada para o ano de 1981 em 2,5% a percentagem a favor do Fundo de Garantia Automóvel prevista no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 58/79, de 25 de Setembro.

Ministério das Finanças e do Plano, 2 de Janeiro de 1981. — O Ministro das Finanças e do Plano, *Aníbal António Cavaco Silva*.

Portaria n.º 27/81

de 13 de Janeiro

Atendendo a que, de harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 5/78, de 6 de Fevereiro, as sociedades de seguros que exerçam a sua actividade em Portugal ficam sujeitas ao pagamento a favor do Instituto Nacional de Seguros de uma taxa